

A recessão nas suas perspectivas

Ninguém nega a gravidade da atual recessão, aliás esperada, pois, já se sabia que os primeiros meses de 1992 seriam marcados por um aprofundamento da queda de atividades. O problema é saber se essa terceira onda recessionista do governo Collor será tão improficua quanto as outras e se existem perspectivas de uma melhoria a prazo médio. Não se pode esquecer que em 1965, quando a equipe econômica era dominada pela dupla Bulhões/Campos, houve também profunda recessão, responsável por grande pessimismo entre os empresários. De curta duração, assinalou talvez o que se pode qualificar de a última política de reajuste bem-sucedida.

Ao lembrar um pouco da nossa história econômica, não nos abalançamos a uma demonstração de erudição, mas consideramos que o atual momento revive, em muitos pontos, a situação verificada em 1965. Marcilio Marques Moreira demonstra a mesma tranquilidade do professor Octávio Gouvêa de Bulhões (ainda que falte, ao seu lado, um Roberto Campos). O ministro da Economia não acredita na eficácia de medidas heterodoxas e sabe que uma política de ajuste exige longa paciência. Além disso, há que reconhecer a existência de alguns ingredientes capazes de tornar proveitosa a atual recessão. Passou despercebido o fato de, pela primeira vez em muitos anos, não ter o Tesouro Nacional, em 1991, pressionado a base monetária, exercendo ao contrário uma

atuação contracionista sobre as emissões. Estamos numa situação em que o câmbio se mantém em nível normal, exigindo até uma intervenção diária do Banco Central para sustentar uma desvalorização, que exige ainda a evolução dos preços. Finalmente, depois da obtenção de um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), já se pode esperar a regularização, nos próximos meses, das nossas relações com a comunidade financeira internacional, que aliás se antecipou, ao voltar, com seus recursos, ao mercado brasileiro.

Tal clima econômico não foi observado nas duas ondas recessionistas precedentes. O que se impõe saber é se no curto prazo podemos esperar uma retomada da atividade econômica, no horizonte de três a quatro meses. De fato, estamos convencidos de que a atual recessão, resultante da redução do poder aquisitivo dos trabalhadores e das altas taxas de juro, não se prolongará muito, sob pena de surgimento, no País, de uma situação social explosiva. Algo deve ser feito, para que se criem melhores perspectivas, que aliás, ao que entendemos, já existem em diversos níveis.

Não há dúvida de que a recuperação do poder aquisitivo depende, antes de tudo, de uma queda da inflação. A tendência de janeiro não foi favorável e nada permite



pensar que haverá uma reversão em fevereiro e que uma mudança poderá se verificar em março. Tal perspectiva decorre, a nosso ver, de alguns fatores. Em primeiro lugar, o governo, ao que parece, quis se aproveitar dessa fase de baixa conjuntura para acelerar os reajustes das tarifas de serviços públicos, que constituem um compromisso com o FMI e o Banco Mundial. Cumpria dar um sinal inequívoco da decisão do governo nesse sentido: nessa primeira fase não se deveria apenas reajustar as tarifas acima da inflação, mas recuperar, também, o atraso acumulado durante anos. O efeito inflacionista dos reajustes deverá ser menos pesado nos próximos meses.

Houve um reajuste cambial a partir de setembro, o que representa uma pressão sobre os preços que se está prolongando, mas com provável atenuação nos próximos meses. Finalmente, é possível que a taxa de juros, anormalmente alta neste momento, poderá, sem deixar de ser positiva, voltar a um nível mais condizente com uma política anti-recessionista.

Hoje, a taxa de juros decorre de dois fatores: a necessidade de apressar o fechamento dos contratos de câmbio de exportação e a obrigação do governo de neutralizar o excesso de liquidez decorrente do aumento das reservas internacionais.

Ao que parece, o Planalto está vencendo a batalha do fechamento de câmbio, conseguindo assim o retorno, ao Brasil, de recursos que se haviam evadido. Não precisará, daqui a um ou dois meses, manter uma supertaxa de juros para estimular as operações cambiais. Por outro lado, com a conclusão do acordo com os bancos credores e o Clube de Paris, haverá certamente uma redução das reservas internacionais e assim a possibilidade de reduzir a captação do excesso de liquidez. Uma redução da taxa de juros é fator essencial à retomada do crescimento econômico.

O presidente da República deverá anunciar nas próximas semanas medidas de estímulo à exportação. De nada adianta criar artificialmente um suplemento da demanda, seja através de um aumento de salários que não decorra de uma melhoria da produtividade, seja de um agravamento do déficit público. Mas, se conseguirmos ser mais competitivos no mercado externo (mediante redução, por exemplo, dos impostos "exportados"), teremos uma ampliação da produção e a melhoria da produtividade.

Resta um último fator de retomada das atividades, mais difícil de obter: alguma forma de redução de custos mediante entendimento entre capital e trabalho, assunto que está na mesa de negociações, o que poderá ser o elemento decisivo para o desencadeamento do processo de retomada do desenvolvimento.